

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ESTADO DE SÃO PAULO: AGRICULTURA DE PROXIMIDADE EM QUESTÃO¹

Paulo Eduardo MORUZZI MARQUES*
Marcos Freitas LE MOAL**
Ana Gianfrancesco FREIRE DE ANDRADE***

Resumo

Este artigo diz respeito aos efeitos da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre assentamentos no estado de São Paulo. Dois tipos de casos foram considerados para este estudo: aquele de um assentamento periurbano e outro de dois assentamentos situados na região do Pontal do Paranapanema. O PAA favorece a organização de circuitos curtos de proximidade, integrando no mesmo dispositivo de política pública o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar e o socorro alimentar. Nossa análise destaca as mudanças nas lógicas agroalimentares das famílias assentadas, assim como os efeitos do programa sobre os beneficiários da distribuição de alimentos. Nossa hipótese admite que este dispositivo contribui com a propagação de um referencial emergente de política pública no domínio agroalimentar.

Palavras chaves: Política pública, circuitos curtos de proximidade, agricultura familiar, segurança alimentar.

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Colóquio internacional "Les circuits courts de proximité : renouer les liens entre territoires et consommation alimentaire", em junho de 2013 na AgroParistech, em Paris.

* Professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada, ambos da Universidade de São Paulo (USP): pmarques@usp.br

** Mestre do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo e consultor internacional da FAO para a difusão das políticas de compras locais de alimentos: marcoslemaal@gmail.com.

*** Graduada em gestão ambiental pela ESALQ, com Trabalho de Conclusão de Curso sobre a visão dos beneficiários da distribuição de alimentos no âmbito do PAA: ana.gianfrancesco@yahoo.com.br

Food Acquisition Program (PAA, *Programa de Aquisição de Alimentos*) in Sao Paulo state: analyzing proximity agriculture

Abstract

This article analyzes the effects of the Food Acquisition Program (PAA – *Programa de Aquisição de Alimentos*), for settlements in the state of Sao Paulo. We considered two types of cases for this study: an urban perimeter settlement and a settlement located near Pontal do Paranapanema region. The PAA program stimulates proximity short networks, incorporating support for family agriculture products commercialization and food assistance in the same public policy. Our analysis emphasizes that this system favors the dissemination of an emergent reference of public policy in the agri-food dominance.

Key words: Public policy, proximity short network, family agriculture, agrarian reform, food security.

Introdução

Este artigo veicula resultados de duas pesquisas em torno da instalação de assentamentos em São Paulo. Trata-se de uma parte da pesquisa intitulada "Múltiplos impactos da instalação de assentamentos: estudo de casos situados próximos das grandes metrópoles paulistas"², apoiada pelo CNPq, e, de outra parte, da avaliação dos impactos do PAA sobre as famílias assentadas do Pontal do Paranapanema, cujos procedimentos e resultados permitiram a elaboração da dissertação de mestrado de Marcos le Moal (2012). Nos dois trabalhos, foram examinadas as dinâmicas agroalimentares em torno dos assentamentos em foco. Em primeiro lugar, aquele periurbano denominado Milton Santos, que se situa na periferia da região metropolitana de Campinas, onde se encontram lado a lado um tecido urbano em crescimento permanente e a monocultura de cana-de-açúcar destinada à produção industrial. Em segundo lugar, a análise se refere a dois assentamentos (Antônio Conselheiro et Margarida Alves) situados em Mirante do Paranapanema na região do Pontal, longe dos grandes centros urbanos. Marcada por grandes zonas de

² O Trabalho de Conclusão de Curso de Ana Andrade (2012), realizado no âmbito desta pesquisa, constituiu igualmente uma base importante de dados para a elaboração deste artigo.

pastagens degradadas (pertencentes a grandes proprietários fundiários) convertidas gradualmente em cultivo de cana-de-açúcar, esta região concentra a maior parte dos agricultores assentados do estado.

O estudo em contraste destes dois casos permite evidenciar as mudanças provocadas pela adesão ao PAA no que se refere à sua modalidade "Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea" (DS-PAA). Favorecendo a construção de circuitos curtos de proximidade, o PAA constitui uma inovação considerável com vistas à segurança alimentar. Nascido em 2003, tal programa integra no mesmo dispositivo de política pública o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar e o combate contra a fome. Assim, os agricultores familiares devem, por meio de uma organização que os represente, fornecer alimentos regularmente durante um ano a diferentes instituições de assistência social (SCHMITT, 2005).

Nossa análise sobre a implantação do PAA salienta particularmente as modificações das lógicas produtivas e alimentares das famílias assentadas, bem como os efeitos do programa sobre os beneficiários da distribuição dos alimentos. Nossa hipótese admite que este dispositivo contribui de uma parte com a propagação de um referencial emergente de política pública no domínio agroalimentar (MULLER, 2010; DARROT e DURANT, 2010), fundado sobre princípios de uma agricultura diversificada e orgânica orientada para os mercados locais e, de outra parte, com a emergência de novas formas de solidariedade em torno da alimentação, estabelecendo laços entre famílias de agricultores desfavorecidos e beneficiários da assistência social pública.

Agora, convém apontar que as duas pesquisas mencionadas acima foram concebidas sob uma abordagem inspirada pela noção de multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO e MALUF, 2003; LAURENT, MAXIME, TICHIT e MAZE, 2003). Na medida em que esta noção é indissociável daquela de desenvolvimento sustentável (RÉMY, 2005 ; SABOURIN, 2005), a concepção de um referencial central de circuitos curtos de proximidade, como proposto por Catherine Darrot e Guy Durant (2010), pode ser, de uma maneira bastante

fecunda, integrada em nossa análise. Com efeito, estes autores concebem, por esta via, um enunciado completo do referencial de desenvolvimento sustentável no domínio agroalimentar

Em termos metodológicos, foi constituído, no assentamento Milton Santos, um universo de vinte famílias representativas da diversidade de situações. Entrevistas do tipo "relato de vida" (BERTAUX, 1997) nos permitiram obter dados relativos às suas escolhas e motivações, notadamente em torno da adesão ao programa em questão. Nos assentamentos do Pontal, foram efetuadas trinta e três entrevistas de tipo semi-estruturada junto a famílias assentadas (das quais vinte e três famílias participavam do programa) com o objetivo de avaliar as mutações decorridas em razão da adesão ao PAA. Por outro lado, foram igualmente entrevistados no âmbito das pesquisas responsáveis de instituições sociais, de governos locais, de serviços de assistência técnica e extensão rural, de movimentos sociais e beneficiários da distribuição de alimentos.

1. Um referencial de política pública em germinação?

Como sugere Pierre Muller (2010), uma política pública, tal como aquelas no domínio agroalimentar, constitui um reflexo mais ou menos claro dos debates e concorrências em torno da agenda política e social em dado momento. Neste sentido, as políticas públicas agroalimentares são definidas em razão, de uma parte, das representações dos problemas agrícolas, alimentares e rurais e, de outra parte, de um processo de ajuste cognitivo que determinará os objetivos da ação pública e de seus instrumentos. Estes últimos exprimem a visão, em determinado momento, de um referencial de como os problemas agroalimentares devem ser resolvidos.

Em nossa perspectiva de análise sobre uma política inovadora no domínio agroalimentar, convém apresentar sucintamente nesta parte do artigo a evolução, ao longo dos últimos cinquenta anos, dos referenciais que orientaram a ação pública brasileira a fim de situar a concepção e a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. Efetivamente, a política pública no

domínio agroalimentar se fundou, notadamente desde os anos 1960, sobre o referencial de modernização da agricultura. Conhecida por seu caráter conservador (PALMEIRA, 1989) em razão de uma implementação sem modificação da estrutura concentrada da distribuição das terras, tal modernização no Brasil se inscreve no quadro das profundas mudanças pelas quais passam as sociedades industriais. As decisões políticas autoritárias entre 1964 e 1984 visando acelerar esta modernização favoreceram a integração crescente da agricultura nos circuitos industriais e financeiros.

A partir dos anos 1980, a ação pública dirigida à modernização se ajusta cada vez mais à forma do referencial de mercado, ancorada na visão liberal do comércio agrícola e do papel do Estado, como bem analisa Guilherme Delgado (2001). Tratando-se de um período de transição democrática, a emergência de novos atores políticos e sociais permite todavia tornar o Estado um pouco mais permeável a outras perspectivas para a agricultura. A implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir de 1995, pode ser considerada como uma inovação que revela uma tal permeabilidade. É verdade que este programa é, em grande medida, marcado pelo referencial modernizador, orientado aqui para a transformação da agricultura familiar. Entretanto, o Pronaf abre portas para um debate público sobre outras formas de agricultura (MORUZZI MARQUES, 2003), notadamente aquelas em conformidade com uma perspectiva ecológica.

Mesmo se as lógicas de regulação de mercado são amplamente dominantes no Brasil para conceber o desenvolvimento econômico e o futuro da agricultura, é possível considerar, com o apoio nas ideias de Pierre Muller (2010), que se multiplicam sinais de uma vontade de mudanças dos quadros cognitivos e normativos de orientação das políticas públicas. Um referencial global de desenvolvimento sustentável e um referencial setorial de agricultura sustentável parecem estar em germinação, embora seus passos possam ser tímidos e hesitantes.

Neste âmbito, o referencial concebido por Catherine Darrot e Guy Durant (2010) de circuitos curtos de proximidade (CCP), graças à obtenção de

argumentos, desejos e justificações junto a atores implicados em iniciativas deste tipo, representa uma versão bastante ampla do referencial de sustentabilidade no domínio agroalimentar. Evidentemente, a emergência de um tal referencial suscita muita tensão diante daquele de mercado, sua orientação se afastando intensamente dos princípios mercantis.

Nesta etapa de nossa reflexão, é oportuno apresentar brevemente o ideal-tipo deste referencial de CCP, o que nos será útil mais tarde. Trata-se de uma construção sobre quatro pilares: 1. sociedade; 2. meio-ambiente; 3. economia; 4. produtos.

1. O primeiro pilar é fundado sobre a vontade de assegurar um acesso mais equilibrado aos alimentos, de aumentar a solidariedade entre os cidadãos, de encorajar uma tomada de decisão cooperativa e de suprimir pressões corporativas;

2. O segundo pilar se refere ao desejo de preservação da biodiversidade, da qualidade da água e dos solos;

3. O terceiro pilar se associa à promoção da ética (graças à propagação de um quadro de interação mais justo e transparente) e da autonomia em relação ao modelo industrial, com vistas a, em primeiro lugar, favorecer um modo de vida saudável e viável, em segundo lugar, aumentar o valor agregado obtido pelos produtores, em terceiro lugar, incentivar a negociação de preços justos e, enfim, melhor regular a concorrência;

4. O quarto pilar dos produtos se ancora na vontade de aumentar a oferta de produtos frescos e saudáveis (sem contaminantes, aditivos e tratamentos químicos), defendendo ao mesmo tempo as tradições dos territórios e contribuindo com a instalação de serviços sociais graças aos produtos, visando melhorar a saúde pública e o acesso aos alimentos para as famílias mais carentes.

Oportuno também observar que Catherine Darrot e Guy Durant (2010) situam nitidamente a ação pública do referencial CCP na escala local, o que nos parece muito coerente. Por outro lado, os estudos mobilizados por estes

autores revelam que as experiências de CCP não refletem necessariamente o conjunto das vontades e visões apresentadas acima. Com efeito, as iniciativas se desenvolvem conforme as motivações dos atores implicados, que podem se situar mais em determinada dimensão que em outra. De todo modo, este referencial constitui, considerando nossos objetivos, um meio pertinente para a análise de um dispositivo de política pública concebido para favorecer os CCP, como é o caso do PAA. Nossa questão consiste então em saber em que medida este referencial de CCP está presente e se difunde no âmbito do PAA.

O ponto de partida de nossos estudos se situou em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura, particularmente em seu debate brasileiro (CARNEIRO e MALUF, 2003; MORUZZI MARQUES e FLEXOR, 2007; CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009) estreitamente ligado à reflexão sobre o desenvolvimento sustentável para as atividades agrícolas. Nesta perspectiva, foram notadamente tomadas em conta dimensões em torno da geração de renda, segurança alimentar, vitalidade do tecido social rural e preservação ambiental. Assim, os dados obtidos e as análises realizadas a partir da multifuncionalidade da agricultura se mostraram muito apropriados para efetuar uma avaliação do PAA no âmbito do referencial de circuitos curtos de proximidade.

Nesta linha de raciocínio, convém agora apresentar um rápido histórico do programa em estudo. O PAA pode ser caracterizado como uma diversificação do apoio público à agricultura familiar, concebido enquanto meio para favorecer a comercialização de seus produtos. Efetivamente, este programa se afasta das lógicas do Pronaf, principal dispositivo de sustentação da agricultura familiar, cuja orientação modernizadora (especialmente no que se refere ao componente do crédito) foi realçada acima.

O PAA nasceu em 2003 no âmbito do "Fome Zero" (ação com vistas à segurança alimentar do início do governo Lula). Desta maneira, integrando apoio público à agricultura familiar e ajuda alimentar às famílias desfavorecidas, a implantação do PAA revela uma série de inovações em termos do acesso aos mercados públicos pelos agricultores familiares. A lei que institui o programa (10.696/2003) simplifica a aquisição pública dos

produtos comercializados pela agricultura familiar. Para se beneficiar, o agricultor deve corresponder aos critérios do Pronaf. Ademais, a aquisição dos alimentos deve responder aos objetivos do programa (notadamente, abastecimento de pessoas em estado de insegurança alimentar) e os preços de aquisição não devem ser superiores àqueles praticados nos mercados regionais.

Deste modo, foi possível contornar uma série de obstáculos que impediam a agricultura familiar de participar das compras públicas de alimento (SCHMITT, 2005). Efetivamente, trata-se de uma forma de apoio caracterizada por uma intervenção importante do Estado na comercialização e regulação de preços dos produtos alimentares, o que é habitualmente deixado ao livre jogo das forças de mercado.

Enfim, convém destacar que o programa é particularmente analisado em razão de seu objetivo de favorecer a participação social, o que suscita uma diversidade de arranjos no nível de sua gestão local (MATTEI, 2007), e de aumentar as margens de valor agregado embolsadas pelos agricultores (SPAROVEKET al.,2007).

2. Os assentamentos considerados neste estudo

Estendendo-se sobre 104 hectares perto de grandes aglomerações da região metropolitana de Campinas, o assentamento Milton Santos é composto por 68 famílias, dispondo cada uma de uma parcela de um hectare. A área restante é destinada à instalação de equipamentos coletivos e à proteção da natureza, considerando especialmente as áreas de preservação permanente (APP) e a reserva legal, como previsto no Código Florestal. Este assentamento é fruto de uma mudança de estratégia de parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), consistindo a privilegiar a obtenção de terras dotadas de melhor infra-estrutura para a instalação dos agricultores, em particular aquelas situadas perto dos centros urbanos. Designada como "Comuna da Terra", uma tal concepção no seio do movimento prescreve que estes assentamentos, situando-se em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas, devem

reunir famílias oriundas das grandes cidades, cujos projetos produtivos devem ser fundados na cooperação e na agroecologia e cujo acesso à concessão de terras deve ser coletivo (GOLDFARB, 2006). Nesta perspectiva, as famílias assentadas teriam um leque mais importante de oportunidades de obtenção de renda, assim como um acesso facilitado aos equipamentos, informações, tecnologia e serviços públicos.

Seguindo esta lógica das Comunas da Terra, a maior parte das famílias assentadas no Milton Santos residia anteriormente nas periferias das cidades de Americana, Limeira e Campinas. No entanto, convém observar que se trata de famílias migrantes que tinham anteriormente vindo de outros estados (Paraná, Mato Grosso, Pernambuco, Paraíba, Ceará ou Sergipe) à procura de melhores condições de vida em grandes cidades. Os itinerários destas famílias revelam múltiplas tentativas com vistas a fugir de situações de precariedade. Estas condições precárias se associam sobretudo a um sentimento de insegurança. Assim, o assentamento constitui antes de tudo um meio para encontrar mais segurança em termos de vida familiar e profissional.

Efetivamente, a luta do MST foi essencial para a instalação deste assentamento, cujo nascimento em 2005 coincide com o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), o que explica a escolha de seu nome. De fato, a prática de homenagear importantes defensores da reforma agrária é muito comum no movimento, favorecendo a memória e resgate de suas ideias.

A este respeito, cumpre lembrar que Milton Santos (1994) manifestava grande preocupação sobre as relações de conflito entre um espaço local, vivenciado por seus moradores, e um espaço global, orientado por uma razão e um conteúdo ideológico de origem distante, mas chegando em cada lugar com objetivos e normas estabelecidos para servir aos interesses de uma minoria. O geógrafo assim escreveu que a globalização perversa, fundada sobre uma democracia de mercado e o neoliberalismo, reduz as possibilidades de afirmação das formas de vida ancoradas na contiguidade e na vizinhança solidária, quer dizer no território compartilhado. Desta maneira, destaca uma união vertical dos lugares, o que leva a uma ordem estabelecida a serviço de interesses egoístas. Neste sentido, a coesão horizontal, a serviço do conjunto

da sociedade civil, é corroída com prejuízos para a nação. Todavia, a eficácia desta união vertical é frequentemente colocada em xeque, os agrupamentos horizontais podendo se desenvolver graças a novas formas de produção e consumo. Por exemplo, Milton Santos lembrava que a união dos agricultores para defender seus interesses lhes permitia passar de uma produção e um consumo estritamente econômicos para uma produção e um consumo políticos, localmente definidos. Neste raciocínio, a construção de novas horizontalidades poderia permitir conceber uma outra globalização, capaz de restaurar a dignidade do homem. Com efeito, os circuitos curtos de proximidade se inscrevem certamente neste quadro de construção de novas horizontalidades.

Após estes parênteses, convém agora mencionar que, nos anos de 1970, as terras do assentamento foram incorporadas ao patrimônio público em razão de dívidas dos proprietários junto ao tesouro público. Apesar assim de pertencer ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), estas terras continuaram a ser exploradas ilegalmente pela Usina Esther de produção de açúcar e álcool. Graças à pressão do movimento social, as terras em questão foram transferidas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) com vistas à instalação do assentamento. Contudo, ainda existem recursos na justiça contra os assentados, representando ameaças concretas em relação ao seu direito de ocupar estas terras.

Seja como for, este assentamento foi definido no âmbito do Incra como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Esta proposta prevê o respeito de várias normas ambientais, especialmente no que se refere a primazia de implantação de sistemas agroecológicos para uma produção alimentar.

A propósito, é possível identificar um amplo desconhecimento dos assentados em relação a esta categoria PDS, fenômeno vinculado certamente a uma negligência do Incra em termos da difusão de suas propostas no assentamento. Todavia, convém salientar uma recepção favorável nas famílias assentadas de iniciativas visando cuidados ambientais. De toda evidência, uma tal postura se associa a uma intensa interação com atores ligados a ONGs, sindicatos e universidades. Como exemplo, o Núcleo de Agroecologia

da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), criado em 2012 graças à união de diferentes grupos de estágio e de extensão, concebeu seu projeto inaugural com o objetivo de promover a agroecologia no *assentamento* Milton Santos. Esta proposta consiste em construir um modelo de desenvolvimento rural alternativo, conciliando a produção agrícola e a preservação ambiental de maneira economicamente viável, tal como propõe o coordenador deste núcleo, Carlos Armênio Kathounian (2001), numa perspectiva de reconstrução ecológica da agricultura.

Desta maneira, as famílias se apóiam sobre esta postura ecológica e sobre a diversificação de sua produção alimentar para justificar a implantação do assentamento diante do amplo domínio local da monocultura de cana-de-açúcar. Porém, as possibilidades de trabalho na cidade levam alguns assentados a deixar a agricultura em segundo plano de suas atividades. De todo modo, é o PAA que permite antes de tudo assegurar uma renda importante vinda da atividade agrícola, tendo diferentes impactos sobre as estratégias e perspectivas das famílias assentadas, como veremos mais abaixo.

De outra parte, a região do Pontal do Paranapanema pode ser apresentada como uma das mais representativas no plano das tensões e conflitos em torno do problema agrário. Sua elevada taxa de concentração da propriedade fundiária provoca a mobilização de numerosos trabalhadores com vistas a obter terras para cultivo. Efetivamente, este projeto reformista afronta uma perspectiva conservadora, fundada na história da ocupação agressiva das terras do Pontal.

Ao longo de um século, a região se transformou profundamente. Suas grandes florestas foram substituídas por pastagens e, mais recentemente, pela monocultura de cana-de-açúcar. A propósito, a história desta ocupação permite lembrar os conflitos acerca da apropriação litigiosa de terras do domínio público (fraudes, violências, adoção de práticas agrícolas degradantes e desobediência da legislação ambiental).

Neste quadro, o movimento dos trabalhadores sem terra realiza, desde os anos 1990, muitas ações de contestação contra o poder dos grandes proprietários, reclamando uma melhor distribuição fundiária. Desta maneira, 108 assentamentos foram implantados e cerca de 6.500 famílias foram instaladas em área que corresponde a 146.000 ha da região (INCRA, 2010).

Recentemente, a expansão regional da cana-de-açúcar, financiada por sucessivos governos, provoca a conversão de grandes áreas de pastagens em monocultivo canavieiro destinado sobretudo à produção de agrocombustível. Uma parte dos agricultores assentados é atraída por este tipo de produção, o que enfraquece os argumentos em favor da instalação de assentamentos, fundados em grande medida na defesa de uma produção alimentar.

Em razão do poder em torno da produção canavieira e das dificuldades relativas à consolidação dos assentamentos, o programa de reforma agrária do Pontal se encontra paralisado. É certo que este programa se desenvolveu sob uma ótica produtivista. O símbolo mais importante deste modelo, a Coocamp – cooperativa fundada no início dos anos 2000 a fim de apoiar a produção intensiva e especializada dos assentamentos – se implodiu em meio a uma profunda crise. Neste contexto, os fracassos dos projetos agrícolas nos assentamentos são consideráveis, o que conduz a um endividamento importante de muitas famílias. A base destes sistemas produtivos é a pecuária leiteira. Contudo, a degradação das pastagens e a adoção de práticas inadequadas conduzem a uma remuneração reduzida nos estabelecimentos familiares. Esta situação é bastante frequente nos assentamentos de Mirante do Paranapanema, onde as pastagens ocupam 80% da área disponível para a produção e o leite é o principal produto.

Neste quadro, o dispositivo Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS-PAA) permite então difundir novas perspectivas para os assentamentos, advindas do referencial em germinação de circuitos curtos de proximidade, fundado em grande medida sobre o caráter multifuncional da agricultura.

Em nosso estudo, a escolha do foco recaiu sobre os *assentamentos* Margarida Alves e Antônio Conselheiro. O primeiro se situa a 28 km do centro urbano de Mirante do Paranapanema. Instalado em 2006, o PA Margarida Alves ocupa uma área de 1.203 ha, onde 91 famílias residem e produzem. A maioria delas dispõe de infra-estrutura básica (moradia, eletricidade, estradas), mas o abastecimento de água em termos de quantidade e qualidade não é suficiente para assegurar plenamente a produção agrícola. Por outro lado, a paisagem do assentamento é principalmente composta de um quadro monótono de pastagens erodidas, ornado aqui e ali de casas e seus quintais que, apesar de não apresentarem muitas árvores, podem ser vistos nestas circunstâncias como lugares importantes de biodiversidade.

O segundo assentamento, Antonio Conselheiro, foi implantado em 2000 em área de 1.078 ha, onde 63 famílias foram instaladas. Situa-se a 11 km de Teodoro Sampaio e a 57 km de Mirante do Paranapanema. Tratando-se de um assentamento um pouco mais antigo, observa-se que as cercanias das casas são mais arborizadas, dispoendo de pomar, o que permite ter a impressão de uma maior diversidade produtiva, reforçada notadamente pela existência de cultivos de mandioca e café. Contudo, predominam igualmente aqui pastos degradados, onde quase não há árvores.

3. Os impactos do PAA sob a ótica do referencial dos circuitos curtos de proximidade

Nesta parte do artigo, os efeitos do programa em sua modalidade DS-PAA serão analisados sob as luzes do referencial dos circuitos curtos de proximidade. Nossas hipóteses permitem considerar que este referencial é pertinente para abordar a execução deste programa na medida em que este último foi concebido sob uma orientação visando a favorecer circuitos locais de abastecimento alimentar. Em particular, o dispositivo DS-PAA permite pensar em novas formas de solidariedade em torno da alimentação, graças aos laços estabelecidos entre agricultores familiares e os beneficiários de ajuda alimentar, um dos componentes importantes deste referencial.

Tomando em conta os quatro pilares do referencial CCP, é então fecundo e didático propor uma interpretação em torno do PAA de maneira a destacar seus efeitos por dimensões. Evidentemente, as consequências do programa, na modalidade e nos assentamentos em estudo, são completamente interligadas.

3.1 dimensão social

No que se refere ao assentamento Milton Santos, os produtos alimentares no âmbito do DS-PAA são destinados a instituições sociais situadas em quatro municípios de seus arredores. Entre os beneficiários, podemos citar aidéticos, dependentes de drogas, deficientes físicos, ex-detentos e suas famílias. As entrevistas com estas pessoas puderam mostrar uma apreciação muito favorável das mudanças ocorridas em termos da alimentação, mesmo se nossos interlocutores não conheçam necessariamente o programa ou a origem dos alimentos. A este respeito, quase a totalidade de nossos 95 interlocutores (97%) afirmam receber uma alimentação em quantidade e qualidade satisfatória, cuja melhora é recente. No entanto, apenas 66% dos interrogados afirmam que conhecem a origem dos alimentos, neste caso o assentamento. O programa é ainda menos conhecido, pois somente 27% dos entrevistados manifestam ter conhecimentos sobre as características desta ação pública. De toda maneira, é possível identificar, graças ao programa, um processo embrionário de reconhecimento por parte desta população vulnerável do papel da atividade agrícola local: alguns discursos salientam a importância de um apoio à agricultura alimentar local, o que deveria implicar em outro tipo de gestão das terras agrícolas.

Por outro lado, os assentados interrogados manifestam reconhecer o papel da agricultura por eles praticada quando mencionam os preconceitos dos quais são vítimas, sobretudo nos primeiros passos do assentamento.³ É verdade que, frequentemente, os próprios assentados revelam ter anteriormente tido

³ Como sugere Vera Lúcia Botta Ferrante (1997), trata-se de uma violência simbólica frequente contra os trabalhadores sem terra, cuja difusão se associa em grande medida à imagem veiculada na grande mídia do movimento social pela terra.

uma visão negativa dos sem terra. Porém, salientam que, finalmente, foram despertados por um membro da família ou por um amigo, que os incitou a se engajar no movimento por terra, o que representou uma mudança profunda em seu espíritos.

O discurso de um dos agricultores interrogados é bem eloquente sobre o papel desempenhado pelo DS-PAA em relação à mudança de visão sobre as famílias assentadas. Este interlocutor considera que as relações com a vizinhança se modificaram à medida em que estas pessoas passam a conhecer a vida dos assentados. Antes, imaginam que o assentamento Milton Santos seria o resultado de uma usurpação. Gradualmente, o fato de conhecer que os agricultores assentados produzem alimentos para instituições de assistência social, graças ao dispositivo DS-PAA, leva a uma metamorfose da visão sobre as famílias assentadas. Assegurando uma estabilidade para a produção, o PAA contribui também a uma multiplicação das vias de comercialização, notadamente em termos de experiências de venda direta, no próprio assentamento ou em forma de entrega a consumidores próximos. Uma tal intensificação das relações com os vizinhos favorece igualmente a superação do olhar negativo dirigido aos assentados.

Ademais, o PAA contribui com a preservação da motivação que levou as famílias a se engajar no movimento por conquista de terras. Assim, o programa mantém acesa a perspectiva de reconstrução de um projeto de vida familiar mais estável e mais saudável, fundada sobre o trabalho na agricultura. Desta maneira, os agricultores interrogados tendem a avaliar suas escolhas de forma positiva, pois consolida uma alternativa em relação à precariedade vivida anteriormente, como mencionado acima.

Igualmente, é possível acrescentar que o DS-PAA foi concebido com vistas a contribuir com a organização local dos agricultores e com uma maior participação. Neste sentido, uma associação deve, segundo as normas do programa, conceber um projeto de entrega de produtos locais e garantir sua efetivação. Todavia, a tomada de decisão nesta associação local, no caso do assentamento Milton Santos, é concentrada na mão de poucos dirigentes, apesar da vontade manifesta por estes últimos de encorajar maior participação.

Em todo caso, é no âmbito desta associação que se planeja um leque importante de ações (quantidade e qualidade de alimentos fornecidos, escolha das instituições beneficiadas, ritmo das entregas periódicas, etc.). Contando 98 famílias em 2009, a associação em questão é a Acoterra (Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista), que permite o escoamento de produtos alimentares de outros assentados além daqueles instalados no Milton Santos.

No caso dos assentamentos do Pontal, o DS-PAA está favorecendo o resgate e a criação de novas relações entre os próprios assentados, mas também entre os assentados e a comunidade urbana. De certa forma, os procedimentos para participar do Programa estimulam o associativismo com vistas notadamente à comercialização, o que não tinha a mesma dimensão até então nos assentamentos do Pontal. A associação era vista como uma perda de tempo ou como uma forma de aprisionamento no coletivo. Geralmente, as associações têm como principal função permitir o acesso a recursos governamentais, sem maiores preocupações com a produção ou comercialização. Hoje observamos um interesse crescente em regularizar as associações para acessar a modalidade DS-PAA. Efetivamente, o número de adesões ao programa é crescente, o que reflete o desejo das famílias em dispor de um meio seguro de acesso ao mercado público.

Aqui vale ressaltar também uma interpretação segundo a qual o PAA está fomentando outras formas de concepção do engajamento associativo ou cooperativo. O modelo industrial e vertical de cooperativa, representado pela Coocamp, se esgotou. O PAA incita uma organização social a partir da base, na comunidade, com mais engajamento e participação no dia a dia das associações consideradas no Pontal.

Ademais, as relações com a comunidade do entorno dos assentamentos se modificam pouco a pouco. Com efeito, foi possível constatar mudanças favoráveis para a imagem das famílias assentadas junto a população das cidades onde são distribuídos os alimentos graças ao DS-PAA. Com efeito, esta população passa a reconhecer um papel importante desempenhadas

pelas organizações que representam os assentados no abastecimento alimentar local.

3.2 Dimensão ambiental

No plano dos efeitos do DS-PAA em termos ambientais, convém destacar que o dispositivo PAA prevê uma valorização dos produtos alimentares orgânicos ou agroecológico. Os assentados do Milton Santos não recebem este valor adicional, mas sua existência favorece ações e planejamento com vistas a alcançar um reconhecimento agroecológico. É assim que o Núcleo de Agroecologia da Esalq/USP, mencionado acima, realiza atividades de formação e treinamento visando notadamente uma conversão agroecológica. Estas atividades têm como foco uma horta em área coletiva e central, relativamente bem dotada em infra-estrutura (para estocagem e irrigação), favorecendo as operações de comercialização. Vinte famílias cultivam folhosas e legumes com vistas especialmente a fornecer alimentos ao PAA. O Núcleo de Agroecologia desenvolve também outras atividades bem acolhidas no assentamento, tais como a implantação de áreas demonstrativas de sistemas agroflorestais ou a recomposição da mata ciliar.

De maneira muito similar, o DS-PAA incita uma diversificação na produção, o que modifica os sistemas produtivos nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Com efeito, o programa recebe uma resposta rápida por parte dos agricultores, que reorientam sua produção para o fornecimento diversificado de alimentos. Mesmo com uma disseminação relativamente recente, o DS-PAA permite consolidar sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos. Em primeiro lugar, o programa suscita uma valorização, inexistente até então, da diversidade produtiva. Em segundo lugar, encoraja o crescimento desta diversificação a fim de dispor dos alimentos dos quais necessita. Pudemos observar uma variedade de cerca de 70 produtos diferentes, entre aqueles de origem vegetal e animal, destinados anteriormente ao auto-consumo, mas frequentemente com muito excedente. Estes alimentos, antes do acesso à modalidade DS-PAA, eram produzidos sem maiores

cuidados. A maior parte dos recursos e do tempo disponível era voltada para poucos cultivos comercializáveis. Atualmente, a dedicação e zelo com os quintais (principalmente pomares e horta) se desenvolveram consideravelmente, ainda que a maior parte da área dos lotes seja destinada às pastagens.

Apesar da expansão da monocultura de cana-de-açúcar, representando a base de uma concepção concorrente ao PAA em termos de perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais do Pontal, o dispositivo DS-PAA contribui com a consolidação de sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos, correspondendo a um modelo produtivo mais agroecológico. Neste sentido, o PAA favorece o debate no Pontal sobre outro modelo de agricultura, numa perspectiva de transição agroecológica dos lotes, de diversificação produtiva e de produção de alimentos saudáveis.

Fundadas sobre princípios agroecológicos, estas alternativas agrícolas são difundidas por várias iniciativas que ocorrem nos assentamentos. Assim, desde 2010, os assentados do PA Margarida Alves e do PA Antônio Conselheiro recebem o apoio de diversas instituições (Incrá, Esalq/USP, Apta/SP e MST) para responder às demandas de adoção de boas práticas ambientais e para difundir sistemas produtivos diversificados, notadamente agroflorestais. Desta maneira, o projeto "Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar" (desenvolvido graças à cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Esalq/USP, representada pelo Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental, NACE/PTECA) reúne doze famílias e aquele "Café Sombreado" (financiado pela Petrobrás) 50 famílias. Estes projetos permitem desenvolver uma formação destas famílias em agroecologia, particularmente no domínio agroflorestal.

Apesar de "projetos-piloto" reunindo poucas famílias com métodos experimentais, tais iniciativas correspondem muito bem aos princípios norteadores do dispositivo DS-PAA, cujas lógicas as impulsionam. Portanto, existe aqui uma clara sinergia: de um lado, implantação de sistemas agroecológicos e, de outro lado, oferta de melhores preços para alimentos

orgânicos. Por consequência, o PAA encoraja uma perspectiva de diversificação agroecológica e agroflorestal. Nesta medida, os projetos mencionados aqui, em favor de segurança alimentar e de agrobiodiversidade, podem contar com um aliado poderoso para disseminar suas ideias.

3.3 Dimensão econômica

No que se refere ao eixo econômico, no assentamento Milton Santos, 50 agricultores se inscreveram em projeto no âmbito do PAA em 2012, fornecendo alimentos cujo valor foi de R\$ 214.997,76. Estes produtos foram destinados a cerca de 9.000 pessoas em estado de insegurança alimentar. O PAA constitui assim a principal fonte de remuneração das famílias, o que foi constatado também em 2009 (82% de um universo de 25 famílias vendiam mais da metade de seus produtos no âmbito do programa). Embora existam reclamações, tais como atraso dos pagamentos e preços por vezes julgados insatisfatórios, o DS-PAA permite portanto a comercialização da maior parte dos alimentos produzidos no assentamento.

Esta produção se caracteriza acima de tudo pela diversidade, fortemente incitada pelo programa como já mencionado. Esta diversidade de cultivos, principalmente hortaliças, assegura também uma certa autonomia alimentar às famílias.

Assegurando renda para as famílias, o PAA desempenha um papel preponderante para conceber, nas palavras de todos os nossos interlocutores, planos de investimentos no sistema produtivo dos lotes, ao mesmo tempo transformando o assentamento em lugar de vida e trabalho agradável e saudável. Esta perspectiva favorece a construção de um discurso de diferenciação e legitimação de sua maneira de praticar a agricultura em comparação com a monocultura de cana-de-açúcar. Esta última é considerada como um contra-modelo radical para o desenvolvimento local em razão notadamente do uso intensivo de agrotóxicos e do desrespeito das áreas de preservação ambiental. Assim, nossos interlocutores apresentam suas

agriculturas alimentares como mais respeitosa do meio-ambiente, respondendo ainda às necessidades alimentares da população.

Este laboratório de reconstrução da coesão social favorece a tomada de consciência de uma possibilidade concreta de se instalar enquanto agricultor. É assim que outros grupos de trabalhadores sem terra se organizaram na região. Em 2009 e 2011, duas outras ocupações visando exercer pressão política em favor da instalação de novos assentamentos não tiveram todavia sucesso.

A propósito, ao longo de 2012 e início de 2013, as famílias assentadas foram ameaçadas de despejo em razão de um processo na justiça favorável aos antigos proprietários e usuários destas terras. A produção de alimentos destinados às pessoas em estado de insegurança alimentar foi um argumento recorrente de defesa em favor dos assentados, que puderam obter ganho de causa até o presente.

Nas famílias consideradas no Pontal, a geração de renda e a estabilidade econômica são centrais em suas preocupações. Visando sua reprodução social, elas praticam atividades agrícolas e não-agrícolas conforme as oportunidades. Nas circunstâncias atuais, o trabalho fora do lote torna-se cada vez mais importante. Um emprego na usina de açúcar e álcool ou no canavial pode ser visto como uma das únicas soluções para permanecer em meio rural, notadamente para os jovens.

Neste quadro, o PAA oferece perspectivas convincentes para evitar o crescimento do proletariado rural. Com efeito, um objetivo central do programa consiste em assegurar aumento da renda aos agricultores graças à garantia da compra de seus produtos a um preço justo. Neste sentido, é inegável uma melhora na remuneração das famílias que participam do programa. Entre os agricultores interrogados, a renda daqueles que aderiram ao PAA é 36% superior aos demais. Trata-se de uma mudança recente no nível da renda familiar, mas seu peso na tomada de decisão é certamente considerável. Desta forma, passa a ser plausível o desejo das famílias assentadas de assegurar suas necessidades a partir dos ganhos obtidos no próprio estabelecimento familiar.

Por outro lado, as mulheres estiveram em grande medida na linha de frente no que se refere ao interesse em participar do PAA, pois tal programa foi visto como um meio interessante para incrementar a renda obtida graças aos produtos dos quintais em torno das casas. Ora, este tipo de produção destinada em princípio ao auto-consumo é geralmente assegurado pelas mulheres, que não se encarregam habitualmente das vendas no mercado. Regra geral, os excedentes destes quintais são trocados, doados ou simplesmente perdidos. Com o DS-PAA, há uma mutação maior no seio dos estabelecimentos familiares, graças notadamente ao reforço do papel desempenhado pelas mulheres na produção. Não é sempre certo que este tipo de modificação no nível da lógica produtiva atinja a distribuição de papéis na família. No entanto, é possível pensar que, na medida em que o trabalho feminino é melhor remunerado e mais evidenciado, tal fenômeno possa reforçar a participação das mulheres no processo de tomada de decisão em torno das escolhas produtivas e comerciais.

Enfim, a diminuição da dependência do Programa Bolsa Família (PBF) constitui outro fenômeno importante provocado pela adesão ao DS-PAA. A renda obtida com as vendas dos produtos alimentares graças a este dispositivo permite aos agricultores interrogados conceber a saída deste programa de amparo às famílias em dificuldade. De fato, não são poucas as famílias que beneficiam do PBF nos assentamentos estudados (no PA Margarida Alves, 75% das famílias consideradas e no PA Antônio Conselheiro, 50 %). Portanto, o PAA oferece uma solução de renda oriunda da produção no lugar de um benefício da assistência social.

4.4 Dimensão dos produtos

No que se refere aos produtos, convém inicialmente mencionar que o privilégio das agriculturas locais (com vocações sociais, ambientais e culturais) com vistas a soluções apropriadas para uma alimentação adequada se funda também numa perspectiva de soberania alimentar (MORUZZI MARQUES, 2010). Com efeito, os circuitos locais de produção-consumo permitem

desenvolver relações mais intensas entre os atores locais, o que favorece a organização e mobilização para valorizar os produtos agroalimentares do território.

Com esta perspectiva, é possível salientar que, no *assentamento* Milton Santos, o PAA favorece claramente uma produção diversificada, o que permite a nossos interlocutores mencionar muitas vezes uma melhora importante no plano alimentar das famílias graças a um aumento sensível do consumo de legumes, ovos, frangos e saladas. De fato, os assentados afirmam constantemente que suas escolhas produtivas se associam simultaneamente às necessidades de auto-consumo e de entrega de produtos no âmbito do PAA.

Nas instituições de assistência social, as entrevistas revelam um processo de reeducação alimentar junto aos beneficiários. A variedade de produtos, frequentemente associada à sazonalidade, favorece o consumo de alimentos típicos dos hábitos alimentares regionais, cada vez mais negligenciados em razão do crescimento da alimentação industrial. De outra parte, cerca de metade das pessoas interrogadas nestas instituições considera que a qualidade dos alimentos fornecidos (frescor, bom gosto e diversidade) era ligada a uma produção orgânica ou agroecológica.

Nos municípios considerados no Pontal, houve um aperfeiçoamento em termos da acolhida de pessoas assistidas por parte das instituições de assistência social, que recebem e distribuem os produtos alimentares disponibilizados graças ao PAA. Estas instituições podem agora ampliar seus serviços aos grupos em situação de risco, aumentando desta forma o reconhecimento de seu trabalho

Em razão das lógicas do PAA, os produtos distribuídos encorajam uma diversificação do consumo alimentar das famílias em dificuldade. Desta maneira, a alimentação de uma camada importante da população do Pontal se enriquece, incorporando principalmente legumes, saladas e frutas. Em regra geral, estes alimentos são negligenciados quando o orçamento familiar é muito

limitado, ainda mais que estes produtos não beneficiam da publicidade midiática dos alimentos industrializados (LACOMBE, 2002).

Conclusão

Este artigo evidencia os impactos provocados por um programa inovador de ação pública, tal como o PAA, tomando em conta a concepção de um referencial de política pública em torno dos circuitos curtos de proximidade. Esta noção foi fértil e operacional para construir uma análise multidimensional do programa em questão, particularmente no que se refere ao seu dispositivo de Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (DS-PAA).

De fato, as iniciativas públicas favoráveis aos circuitos curtos de proximidade se propagam no Brasil, diante de um sistema agroalimentar amplamente dominado por uma visão industrial e mercantil da agricultura. Neste quadro, trata-se de um tipo de apoio à agricultura familiar que oferece perspectivas pertinentes e originais para seu fortalecimento.

O DS-PAA difunde uma série de princípios reunidos no referencial de CCP, notadamente no que diz respeito a uma incitação em prol de laços de solidariedade entre produtor e consumidor, permitindo a melhora da alimentação das famílias beneficiadas pelo programa. Este dispositivo contribui igualmente com o aumento da renda dos agricultores a partir notadamente da adoção de sistemas produtivos diversificados e da incorporação de práticas agroecológicas.

Enfim, uma fragilidade pode ser constatada no PAA no que se refere particularmente a sua pouca sinergia com outros programas destinados à sustentar a agricultura familiar, caso especialmente daqueles de créditos e assistência técnica. Assim, é possível de observar uma certa cacofonia em termos das ações em vista do desenvolvimento da agricultura familiar. Seja como for, podemos também constatar uma renovação das motivações e energias nas famílias assentadas graças ao PAA em favor da alternativa agrícola em torno de seus projetos de reconstrução de vida.

Bibliografia

ANDRADE, Ana Gianfrancesco Freire de (2012), "Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre o reconhecimento de qualidades alimentares ligadas à produção agrícola familiar: um estudo em torno do assentamento Milton Santos". TCC Gestão Ambiental, Piracicaba: Universidade de São Paulo.

BERTAUX, Daniel (1997), *Les récits de vie*, Paris: Nathan.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro: Mauad.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe e MALUF, Renato [Org.] (2009), *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X.

DARROT, Catherine e DURANT, Guy (2010), "Référentiel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action", in TRAVERSAC, Jean-Baptiste, *Circuits courts: contribution au développement régional*, Dijon: Educagri éditions

DELGADO, Guilherme Costa (2001), "Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária", *Estudos Avançados*, 15 (43), São Paulo: USP.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta (1997), "Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal?", *Raízes*, n° 15, Campina Grande: UFCG.

GOLDFARB, Yamila (2006), "Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária", *Agrária*, n° 5, São Paulo : FFLCH/USP, pp. 109-138.

INCRA, (2010), Acervo fundiário digital (dados dos assentamentos). Disponível em <<http://www.acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/aplicmap/geral.htm?>> último acesso em 13/06/2011

KATHOUNIAN, Carlos Armênio (2001), *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*. Botucatu: Agroecológica.

LACOMBE, Philippe (2002), *L'agriculture à la recherche de ses futurs*. Paris: L'Aube/Datar.

LAURENT, Catherine ; MAXIME, Françoise ; TICHIT, Muriel e MAZE, Armelle (2003), « Multifonctionnalité de l'agriculture et modèles de l'exploitation agricole », *Economie Rurale*, v. 273-274, Paris : SFER, pp. 134-152.

MATTEI, Lauro (2007), "Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no estado de Santa Catarina". *Sociedade e desenvolvimento rural*, v.1, nº 1, Brasília: Inagro

MOAL, Marcos Freitas le (2012), Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura. Dissertação de Mestrado, Ecologia Aplicada, Piracicaba: Universidade de São Paulo.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2003), "Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a criação do PRONAF" *Raízes*, vol. 22, nº 2, Campina Grande: UFCG.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), "Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes", *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 17 (2), Campinas: UNICAMP, pp. 78-87.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo et FLEXOR, Georges (2007), "Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura", *Cadernos do CEAM*, v. 7, Brasília: UnB, pp .45-66.

MULLER, Pierre (2010), "Introduction: les changements d'échelles des politiques agricoles", in *Le monde agricole en politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole*, Paris: Presse de Science Po.

PALMEIRA, Moacir (1989), "Modernização, Estado e questão agrária". *Estudos Avançados*, 3(7), 87-108

RÉMY, Jacques (2005), "Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável", *Estudos Sociedade e Agricultura* vol. 12, fascículo 1, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

SABOURIN, Eric (2005), "Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura". *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 13 nº 2, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 161-189.

SANTOS, Milton (1994), "O retorno do território", in *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, p. 15-20

SCHMITT, Claudia Job (2005), "Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional", *Revista de Política Agrícola*, Ano XIV, nº 2, Brasília: Embrapa/MAPA, pp 78-88.

SPAROVEK, Gerd et al. (2007), "Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região nordeste". In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, nº 5, 2007.